

O LEITOR: CO-ENUNCIADOR DO TEXTO

Helena Hathsue Nagamine Brandão
(USP)

ABSTRACT: This paper approaches reading from a discourse analysis perspective. It views the reader as co-author of the text, without losing sight of the necessary asymmetry between the writer and the reader.

Ler não se restringe a um ato mecânico, automático, de pura descodificação da palavra. O ato de ler é um processo bem mais abrangente e complexo. É um processo de compreensão, de inteligência de mundo; envolve uma característica essencial e singular ao homem, distinguindo-o dos outros animais: a sua capacidade simbólica, a sua capacidade de interagir com o outro pela mediação da palavra.

No modelo tradicional de representação da comunicação lingüística, aquele que lê/ouve, mediado pelo texto, situa-se no pólo da recepção em oposição ao pólo da produção onde se situa aquele que fala/escreve. Talvez por sugestão da nomenclatura -- pólo da produção X pólo da recepção -- tem-se equivocadamente concebido o primeiro (conseqüentemente, o ato de falar, escrever) como uma atividade produtiva, criativa e o segundo (conseqüentemente, o ato de ouvir, ler) como uma atividade passiva, meramente reprodutiva. O que se tem constatado, de modo geral, no cotidiano da prática escolar, sobretudo presente nos livros didáticos, é essa concepção de leitura como uma atividade passiva, como simples reconhecimento de sinal, no uso que Bakhtin faz do termo, opondo-o a signo. Um sinal é estável, sempre idêntico a si mesmo; um signo é variável e flexível, marcado pela mobilidade que lhe confere o contexto.

Pretendemos fazer algumas considerações no sentido de pensar a questão da leitura, tendo no horizonte essa concepção de palavra enquanto signo. A primeira observação a se fazer diz respeito às relações que unem os dois pólos - produção e recepção: eles não são independentes, um pressupõe o outro na medida em que quem escreve¹, o faz pressupondo um leitor, quer seja ele empírico, real, quer seja ele virtual. É isso que leva Eco (1985) a afirmar: *“um texto é emitido para que alguém o atualize mesmo quando não se espera (ou não se deseja) que esse alguém exista*

¹ Restringiremos nossa abordagem à leitura de textos escritos.

concreta e empiricamente" (p. 56). Nesse sentido, um texto só se completa com o ato de leitura, na medida em que é atualizado, é operado lingüística e tematicamente por um leitor. Lembrando de novo Eco, "*um texto quer que alguém o ajude a funcionar*" (p.55).

A outra observação diz respeito à relação não simétrica que se estabelece entre os dois pólos. De fato, produção e recepção não são atos simétricos, pois o receptor não partilha da situação de enunciação do locutor. Isso acarreta pelo menos duas conseqüências:

- "descontextualizado", o texto escrito torna-se frágil, impossibilitando ao leitor que o opera, que o faz funcionar, atualizar os mesmos sentidos, intenções do locutor;

- para compensar essa "descontextualização", sobretudo na obra literária cuja característica essencial é a de poder circular em tempos e espaços distantes, o texto apresenta uma forte estruturação, afastando uma interpretação unívoca e multiplicando as possíveis conexões de sentido.

O Leitor Crítico

Se um texto é marcado por sua incompletude e se se completa somente no ato de leitura; se o leitor é aquele que vai fazer funcionar o texto, na medida em que o opera através da leitura, o ato de ler, situado no pólo da recepção, não pode se caracterizar como uma atividade passiva. Ao contrário, para essa concepção de leitura, e por trás dela, sustentando-a, uma concepção bakhtiniana da linguagem enquanto dialogicidade, interação, o leitor é um elemento ativo no processo.

O texto, na sua superfície lingüística, não diz tudo objetivamente. Em graus diferentes de complexidade, um texto é sempre lacunar, reticente. Segundo Iser, apresenta "vazios" - implícitos, pressupostos, subentendidos - que, enquanto espaço disponível para o outro, devem ser preenchidos pelo leitor.

A operação do leitor para pôr em funcionamento o texto é, portanto, uma atividade cooperativa de recriação do que é omitido, de preenchimento de lacunas, de desvendamento do que se oculta nos interstícios do tecido textual. Esse trabalho de recriação, entretanto, se faz dentro de determinados limites, sendo balizado por uma série de elementos tais como:

- a existência de uma base textual que supõe um sistema lingüístico de domínio comum ao do locutor;

- a necessidade de conhecimentos relevantes partilhados com os que o texto trabalha;

- a pressuposição de que uma coerência temática preside a construção do texto;

- a necessidade da presença mínima ou suficiente de contextos situacionais de espaço e de tempo.

É um trabalho de atribuição de sentidos assentado na colaboração mútua em que a interação leitor/texto se faz através de contratos e negociações bilaterais (Marcuschi). O texto se transforma, então, numa proposta de sentido com múltiplas possibilidades de interpretação, colocando-se o locutor entre dois movimentos (Maingueneau):

- um movimento de expansão: por ser lacunar, o texto permite a proliferação de sentidos;

- um movimento de filtragem: o locutor restringe essa proliferação, seleciona a interpretação pertinente.

O leitor situa-se, portanto, num espaço ambíguo entre a disseminação de sentidos possíveis e as restrições inscritas nos artifícios que organizam o texto. Oscilando entre esses dois pólos, em níveis diferentes, um texto ao mesmo tempo que deixa ao leitor a iniciativa interpretativa, paradoxalmente, utiliza-se de estratégias que permitem interpretações com uma margem suficiente de univocidade.

Todo texto é uma negociação sutil entre a necessidade de ser compreendido e a de ser incompreendido - de ser cooperativo e de desestabilizar de uma maneira ou de outra os automatismos de leitura [...] De um lado ela (a obra) controla seu deciframento, do outro ela torna possíveis modos de leitura incontroláveis". (Maingueneau, p.36)

Podemos tentar esboçar um perfil do que seja um leitor crítico:

- não é apenas um decifrador de sinais, um decodificador da palavra. A palavra, para ele, é signo e não sinal. Busca uma compreensão do texto, dialogando com ele, recriando sentidos nele implicados, fazendo inferências, estabelecendo relações., mobilizando seus conhecimentos para dar coerência às possibilidades significativas do texto;

- é cooperativo, na medida em que deve ser capaz de construir o universo de ficção a partir das indicações que lhe são fornecidas;

- é produtivo, na medida em que, refazendo o percurso do autor, trabalha o texto, e se institui como um co-enunciador;

- é, enfim, sujeito do processo de ler e não objeto, receptáculo de informações.

O Leitor no texto

A interação leitor-texto se faz presente desde a origem do texto: *"gerar um texto significa atuar segundo uma estratégia que inclui as previsões dos movimentos do outro"* (Eco. p. 57). Um

texto bem formado, entendendo-se por bem formado não apenas aquele que leva em consideração os aspectos lingüísticos e semânticos mas também pragmáticos, traz em seu bojo, desde o momento inicial de sua concepção/produção, uma preocupação com o seu destinatário:

‘um texto postula o próprio destinatário como condição indispensável não só da sua própria capacidade comunicativa concreta, como também da própria potencialidade significativa.’ (Eco, p. 56).

Traduzindo e ampliando o sentido das palavras de Eco, o leitor se institui no texto em duas instâncias:

- no nível pragmático, o texto enquanto objeto veiculador de uma mensagem está atento em relação ao seu destinatário, mobilizando estratégias que tornem possível e facilitem a comunicação. Na perspectiva bakhtiniana, o outro-destinatário se instala no próprio movimento de produção do texto na medida em que o autor orienta a sua fala tendo em vista o público-alvo selecionado;

- no nível lingüístico-semântico, o texto é uma ‘potencialidade significativa’ que se atualiza no ato da leitura, levado a efeito por um leitor instituído no próprio texto, capaz de reconstruir o universo representado a partir das indicações, pistas, que lhe são fornecidas. É o movimento da leitura, o trabalho de elaboração de sentidos que dá concretude ao texto.

A esse leitor cooperativo, instituído como estratégia textual, Eco chama genericamente de Leitor-Modelo:

‘O Leitor-Modelo é um conjunto de condições de felicidade textualmente estabelecidas, que devem ser satisfeitas a fim de que um texto seja plenamente atualizado no seu conteúdo potencial’. (p.65).

Ainda, segundo Maingueneau, falando sobre o texto literário: *“toda obra verdadeira, no curso do seu processo enunciativo, ‘forma’ seu leitor”*. Se no processo enunciativo um texto ‘forma’ o seu próprio leitor, indica-lhe os processos de leitura, de outro lado, o leitor também **“conforma”** o texto, e faz isso de dupla forma: primeiro, orientando o Autor na medida em que este deve escolher as estratégias adequadas para que seu ato comunicativo atinja seu alvo; segundo, na medida em que o leitor, em movimentos cooperativos ativos e conscientes, balizados pelos artificios textuais, imprime, com sua interpretação, a sua marca pessoal, construindo um universo de significação textual que não seria nem aquele intencionado pelo autor, nem o do leitor, mas um ‘tertio’ resultante do diálogo deste com o texto. O reconhecimento dessa dupla inscrição

do leitor no texto vem ampliar o conceito de co-enunciação aplicada à atividade de leitura: entendemos por co-enunciação o diálogo que o autor trava com o leitor virtual, cujos movimentos ele antecipa no processo de geração do texto e também como a atividade de atribuição de sentido ao texto promovido pelo leitor no ato da leitura.

Seria possível arrolar os tipos de leitores presentes nos textos? E de estabelecer uma espécie de tipologia de leitores?

Para Maingueneau, a noção de leitor é bastante instável. O termo é suscetível de usos muito variados, expressando ora o público efetivo de um texto, ora o suporte de estratégias de deciframento, portanto uma figura interna ao texto. Trabalhando com textos literários, arrola os seguintes tipos de leitor:

1. Leitor invocado - é a instância à qual o texto se dirige explicitamente como seu destinatário. São, por ex., os leitores apostrofados no curso da obra: Veja você, leitor. Este leitor invocado é um efeito de sentido interno ao texto - um jogo no interior do processo mesmo da narração".

2. Leitor instituído - é a instância que implica a enunciação mesma do texto de acordo com o gênero em que este último se inscreve, o vocabulário empregado, as relações interdiscursivas estabelecidas, o uso de um determinado registro (familiar, formal, informal ...). Conforme a presença desses componentes, um texto pressupõe caracterizações muito variadas de seu leitor.

3. Público genérico - é a instância que implica a inscrição da obra a um determinado gênero e, conseqüentemente, a caracterização social de um certo tipo de receptor. Por ex., ao escrever um sermão, uma comédia de intriga, o locutor pode prever o tipo de público que vai ter. São antecipações que determinam o conjunto da enunciação. Público genérico distingue-se de leitor instituído: "A partir do mesmo receptor genérico, pode-se ter leitores instituídos muito variados: Balzac e Stendhal tinham mais ou menos o mesmo público genérico, mas eles não instituíam manifestamente o mesmo leitor através de sua enunciação".

Públicos atestados: trata-se do público que a obra vai realmente encontrar. Uma obra do século passado pode ter sido escrita (e lida realmente) por um público determinado, mas, hoje, o público que ela realmente tem é outro (Ex.: os romances que circulavam nos folhetins do século passado tinham um tipo de público atestado que certamente não é o mesmo de hoje - leitores com preocupações acadêmicas).

Da formação do leitor crítico

Essa concepção de leitura como um processo de enunciação e do leitor como co-enunciador se inscreve num quadro teórico mais amplo que considera como fundamental o caráter

dialógico da linguagem e conseqüentemente sua dimensão social e histórica. A leitura como uma atividade de linguagem é uma prática social de alcance político. Ao promover a interação entre indivíduos, a leitura compreendida não só como leitura da palavra mas também como leitura do mundo (Paulo Freire) deve ser uma atividade constitutiva de sujeitos capazes de entender o mundo e nele atuar como cidadãos.

Para essa função, uma concepção de leitura como mero deciframento de sinais, como puro reconhecimento e repetição do saber já construído, está totalmente descartada, porque inócua, geradora de automatismos e autômatos. A leitura como exercício de cidadania exige um leitor privilegiado, de aguçada criticidade, que, num movimento cooperativo, mobilizando seus conhecimentos prévios (lingüístico, textual e de mundo), seja capaz de preencher os vazios do texto, que não se limite à busca das intenções do autor, mas construa a significação global do texto percorrendo as pistas, as indicações nele colocadas. E, mais ainda, que seja capaz de ultrapassar os limites pontuais de um texto e incorporá-lo reflexivamente no seu universo de conhecimento de forma a levá-lo a melhor compreender seu mundo e seu semelhante. Cabe à escola o desafio da formação desse leitor

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. (Voloshinov, 1929). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. (Trad. M. Lahud e Y. F. Vieira). São Paulo, Hucitec, 1979.
- ECO, U. *Leitura do texto literário. Lector in Fabula*. (Trad. M. Brito). Lisboa, Ed. Presença, 1979.
- FREIRE, P. *A importância do ato de Ler*. São Paulo, Cortez Editora, 1981.
- ISER, W. "A interação do texto com o leitor". In: *A Literatura e o Leitor*. (Coord. e trad. Luiz Costa Lima). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MAINGUENEAU, D. *Pragmatique pour le discours littéraire*. Paris, Bordas, 1990.
- MARCUSCHI, L.A. "Leitura e compreensão de texto falado e escrito como ato individual de uma prática social". In: *Leitura. Leituras Perspectivas disciplinares*. São Paulo, Atica, 1988.